

Regulamentar n.º 66/79, de 20 de Dezembro, é um organismo recente, criado pelo Decreto-Lei n.º 221/77, de 28 de Maio, cuja actividade se desenvolve nos domínios da regulamentação, promoção e controle de qualidade de alimentos;

Considerando que, em virtude das suas características específicas, não transitaram para o referido Instituto quaisquer órgãos ou serviços aquando da reestruturação do Ministério da Agricultura e Pescas;

Considerando ainda que, pelos motivos apontados, não existem, nos quadros do Instituto, técnicos superiores com as categorias previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79 que tenham a formação e experiência adquiridas no âmbito das respectivas atribuições;

Considerando ainda que os lugares a prover serão ocupados por pessoal que tem vindo a exercer infor-

malmente as funções de cada cargo desde a criação do referido organismo:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Agricultura e Pescas e da Reforma Administrativa, o seguinte:

1.º É alargada a área de recrutamento ao pessoal da carreira de engenheiros para o provimento dos lugares de director de Serviços de Planeamento, de chefe da Divisão de Leites, Produtos Lácteos e Gelados e de chefe da Divisão de Documentação e Informação, do Instituto de Qualidade Alimentar.

2.º O despacho de nomeação deverá ser acompanhado, para publicação, do currículo do nomeado.

Ministérios da Agricultura e Pescas e da Reforma Administrativa, 20 de Fevereiro de 1981. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António José Baptista Cardoso e Cunha*. — O Ministro da Reforma Administrativa, *Eusébio Marques de Carvalho*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

GOVERNO REGIONAL

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Decreto Regulamentar Regional n.º 18/81/A

Em execução do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 513-U/79, de 27 de Dezembro, segundo a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 96/80, de 5 de Maio, e em conformidade com o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 19/79/A, de 19 de Setembro:

O Governo Regional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São aprovados os quadros de pessoal dos hospitais concelhios da Região Autónoma dos Açores, anexos ao presente decreto.

Art. 2.º A colocação do pessoal ao serviço nos lugares dos presentes quadros será feita mediante lista nominativa aprovada por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e da Administração Pública, independentemente de quaisquer formalidades, salvo a respectiva publicação no *Jornal Oficial* da Região.

Aprovado pelo Governo Regional em 6 de Janeiro de 1981.

O Presidente do Governo Regional, *João Bosco Mota Amaral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 4 de Fevereiro de 1981.

Publique-se.

O Ministro da República, *Henrique Afonso da Silva Horta*.

Quadro de pessoal dos hospitais concelhios da Região Autónoma dos Açores

Número global	Número de lugares											Categoria	Letra de vencimento	
	Número de lugares por hospital concelhio													
	Praia da Vitória (Terceira)	Santa Cruz (Graciosa)	Velas (S. Jorge)	Calheta (S. Jorge)	S. Roque (Pico)	Madalena (Pico)	Lajes (Pico)	Santa Cruz (Flores)	Ribeira Grande (S. Miguel)	Vila Franca do Campo (S. Miguel)	Nordeste (S. Miguel)			Vila do Porto (Santa Maria)
12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	I — Pessoal dirigente	—
	Gerente (a)													
	II — Pessoal técnico superior													
	1) Pessoal técnico (b):													
35	3	3	3	2	3	2	2	3	6	3	2	3	Médico clínico geral	F
	2) Pessoal de laboratório:													
5	—	1	1	—	1	—	—	1	—	—	—	1	Técnico de laboratório de 2.ª classe ou de 3.ª classe	H ou I